SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

PrimeiraMão

Edição 1202 FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - Filiada à CUT e à CNQ 23 a 29/10/2015

Última semana para eleger os conselheiros da Petros

Pg. 02

Moralistas sem moral: herança maldita de FHC

No livro "Diários da Presidência", que será lançado na próxima semana, Fernando Henrique Cardoso confirma que irregularidades cometidas pelos gestores da Petrobrás já eram de seu conhecimento desde 1996. "Acho que é preciso intervir na Petrobrás. O problema é que eu não quero mexer antes da aprovação da lei de regulamentação do petróleo", revelou FHC, deixando claro que sua omissão tinha por objetivo privatizar a empresa, o que só não aconteceu em função da resistência dos petroleiros.

Os casos de corrupção que agora vêm à tona são reflexo da cultura de gestão autoritária que ganhou força na Petrobrás durante o governo tucano. Não é de hoje que a FUP e os trabalhadores denunciam os desmandos gerenciais praticados por predadores que há décadas agem na empresa. São os "moralistas sem moral", como bem nomeou a presidente Dilma, em discurso no Congresso da CUT.

Os gestores cujas ações "escandalizaram" FHC, como ele ironicamente relata no livro, são os mesmos que lotearam a Petrobrás em seu governo e se beneficiaram com contratações de bens e serviços. São esses "moralistas sem moral" que tapam os olhos para o fisiologismo entranhado na terceirização desenfreada que impuseram à empresa.

São os mesmos que colocam em risco os petroleiros e enchem os bolsos de horas extras nas greves da categoria. Alardeiam que a Petrobrás está quebrada, enquanto agem escancaradamente para desmantelar a empresa. São os mesmos que desde os tempos de FHC atuavam lado a lado de Paulo Roberto Costa e de outros corruptos confessos, mas hoje posam de arautos da moralidade.

É preciso estancar a ação desses predadores e impedir que continuem agindo impunemente. Empregos e direitos estão sendo dizimados e a Petrobrás, privatizada. Nunca foi tão necessário reagir. A greve está chegando!

Para quem vale o Código de Ética da Petrobrás?

Pg. 03

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/10/2015 - Rede Brasil Atual

Por sonegação, país vai perder R$ 550 bilhões em 2015

Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda defende reforma tributária e reestruturação da Procuradoria-Geral da Fazenda para combater a evasão fiscal

O Sonegômetro chegou à capital paulista na manhã de hoje (22) revelando que por sonegação fiscal já evadiram R$ 418 bilhões do Brasil em 2015. O valor deve atingir R$ 550 bilhões até o fim do ano, segundo estimativa do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz), que criou o contador. O valor é quase o dobro do orçamento do ano para os ministérios da Saúde e da Educação, juntos: R$ 121 bilhões e R$ 103 bilhões, respectivamente. E oito vezes mais que o estimado pelo governo federal para fazer o ajuste fiscal, que é de R$ 66 bilhões.

"Isso é muito grave. O país vive uma recessão econômica e nós temos esse descaso com um volume imenso de recursos. Dinheiro que deixa de entrar nos cofres públicos, de financiar a saúde, a educação e projetos sociais importantes. E que fica concentrado nas mãos de poucos grandes sonegadores que causam esse prejuízo para o Brasil. É esse dinheiro que alimenta a corrupção, o financiamento ilegal de campanhas eleitorais", afirmou Achilles Linhares, presidente do Sinprofaz.

Segundo dados do Ministério da Fazenda, o país tem hoje um estoque de R$ 1,5 trilhão na dívida ativa. Desses, R$ 395 bilhões pertencem a apenas 500 devedores, dentre os 200 milhões de brasileiros. Entre eles, a mineradora Vale (R$ 41 bilhões), a Carital Brasil – antiga Parmalat – (R$ 24 bilhões) e o Bradesco (R$ 4,8 bilhões).

Segundo Linhares, o principal órgão de combate à sonegação, a Procuradoria-Geral da Fazenda nacional, está sucateado e não tem estrutura nem procuradores suficientes para fazer o trabalho de localizar os devedores e seus bens.

"Nesse processo devíamos contar com apoio de servidores. Mas essa estrutura não existe. Os próprios procuradores têm de fazer essa busca. Existe uma proporção de 0,7 servidor de apoio para cada procurador. No Ministério Público e na magistratura existe um corpo técnico que vai de dez a 20 servidores por membro. Os sistemas tecnológicos também são obsoletos", denunciou.

Além disso, o corpo de procuradores tem, pelo menos, 400 vagas em aberto. "Nós temos dificuldade em entender por que o governo, mesmo sabendo desse volume tão alto de recursos, continua sucateando os órgãos responsáveis pelo combate à sonegação", lamentou o procurador. Segundo o Sinprofaz, para cada R$ 1 investido, a procuradoria retorna cerca de R$ 800 aos cofres públicos, identificando e cobrando sonegadores.

Outro ponto atacado pelos procurados é a necessidade de realizar uma reforma tributária, tanto para simplificar o sistema, como para que ele seja mais eficiente. "O emaranhado de normas que compõem o sistema tributário brasileiro acaba favorecendo a sonegação. Nós precisamos simplificar o sistema por meio de uma reforma tributária, de modo a permitir que o pequeno empreendedor tenham menos burocracia para vencer seus desafios, ao mesmo tempo em que dificulta o trabalho dos grandes sonegadores", afirmou Linhares.

Para ele, a injustiça fiscal é gritante no Brasil, pois não existe progressividade nos tributos. "Mesmo o Imposto de Renda, que constitucionalmente devia ser progressivo, nós temos uma tributação inicial muito baixa, atingindo uma parcela da população que devia ser isenta. E as alíquotas não avançam muito, chegando ao nível máximo muito cedo", disse.

Hoje, no caso Imposto de Renda, são isentas as pessoas que ganham até R$ 1.903,98. E a alíquota mais alta (27,5%) começa em R$ 4.664,68. Ou seja, tanto quem recebe R$ 5 mil quanto quem recebe R$ 50 mil paga o mesmo valor de impostos. "Mas quem ganha menos acaba pagando mais, porque a tributação brasileira incide principalmente sobre o consumo. Todos compram arroz e feijão e pagam o mesmo imposto. Quem ganha mais, proporcionalmente, paga menos", explicou Linhares.

Para desenvolver o Sonegômetro, os procuradores utilizam dados oficiais do Ministério da Fazenda, cruzando a estimativa da arrecadação, o crescimento do PIB e o efetivamente arrecadado. Também são considerados outros estudos de arrecadação tributária. A base de dados inicial foram os relatórios tributários da Fazenda do ano de 2011, que são atualizados ano a ano.

22/10/2015 - Vermelho

Impostos sonegados em 2015 pagariam 14,5 programas Bolsa Família

Desde o início do ano, a sonegação de impostos no Brasil já atingiu a marca dos R$ 420 bilhões. O valor é 14,5 vezes maior que o orçamento previsto para o Bolsa Família em 2016, agora ameaçado de corte. E, se cerca de 16% (R$ 67,2 bilhões) do montante sonegado retornassem aos cofres públicos, seria possível atingir a meta de R$ 66 bilhões do ajuste fiscal proposto pelo governo federal.

O cálculo da sonegação é do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), que instalou em São Paulo, nesta quinta (22), um painel para contabilizar os impostos não pagos. A expectativa era de que o equipamento ficasse exposto até as 17h, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), no centro da capital paulista.

O cálculo do "sonegômetro" demonstra que a sonegação tem crescido anualmente no país. Em todo o ano de 2013, foram sonegados R$ 415 bilhões, enquanto que, em 2014, o painel registrou R$ 501 bilhões.

Para o Sinprofaz, o combate mais efetivo à sonegação ajudaria a resolver o atual impasse fiscal do país, diminuindo a necessidade de ajuste das contas públicas. "Se analisarmos os números trazidos pelo painel da sonegação, verificamos como é injusta e desnecessária toda essa recessão imposta à população", afirmou o presidente do Sinprofaz, Achilles Frias, em nota.

O comunicado do Sinprofaz ressalta também a divulgação feita pelo Ministério da Fazenda, na semana passada, de quais são as 500 empresas que mais devem à União, lembrando que só essas dívidas somam mais de R$ 392 bilhões.

"Existem 3,5 milhões de grandes devedores, sendo que apenas 500 desses respondem por quase 40% da dívida. Esse é um dado alarmante", disse Frias.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/10/2015 - Carta Maior

Não haverá mea-culpa da velha mídia brasileira frente à crise atual?

A crise atual foi, em considerável medida, construída por grande parte da imprensa brasileira.

As presentes crises política e econômica no Brasil são profundas e graves. Elas não podem ser explicadas por fatores isolados. Inúmeras circunstâncias se sobrepuseram para que chegássemos ao momento atual.

Contudo, é possível selecionar um marco analítico de mudança: as jornadas de junho de 2013, pouco mais de dois anos atrás. Naquele período, a avaliação da população brasileira à Dilma Rousseff apresentava 93% entre regular e ótimo. Após as manifestações, houve uma queda abrupta de 30 pontos percentuais a sua aprovação, mesmo que as manifestações não tivessem relação direta com a presidente, uma vez que o objeto de discordância era, inicialmente, o transporte urbano, de competência municipal. A redução de aprovação da presidência da República foi mais oriunda da "percepção" dos fatos do que dos fatos em si.

Os segmentos liberais e conservadores no Brasil foram sagazes em utilizar tal momento de tensão social para desgastar Dilma. A Copa do Mundo, no ano seguinte, teve também uma crítica constante que objetivava transpassar a percepção de que o caos estava instalado no País.

A oposição de frações da sociedade, articuladas nas redes sociais cibernéticas, e os principais veículos de comunicação foram bem sucedidos em manter a popularidade da presidente em baixa. De outro lado, o governo federal não teve habilidade para reverter tal situação.

No plano econômico, ao final de 2014, houve uma reversão nas commodities, marcada por uma queda acentuada nos preços dos principais produtos da pauta de exportações do Brasil. Na esfera política, a acirrada disputa eleitoral fez aumentar a incerteza.

Face à pressão constante que o governo sofreu de setores mais conservadores e da perda da base de apoio, o segundo mandato de Dilma Rousseff se inicia com uma nova política econômica: redução dos gastos governamentais e elevação da taxa de juros, ambas medidas recessivas, vinculadas a ideias dos opositores. Os efeitos decorrentes são antigos conhecidos: aumento do desemprego, redução do salário real, queda da arrecadação, aumento do gasto com juros, queda do produto, aumento da relação dívida/PIB.

Não pode passar despercebida que a reviravolta da política econômica não foi fortuita. A retórica de que havia "excesso de intervencionismo" era diuturna nos principais canais de comunicação brasileiros. No intento de findar o ciclo de distribuição de renda e de políticas sociais, a grande mídia não se furtou de apresentar uma constante perspectiva pessimista da realidade, um enfoque em problemas existentes (e crônicos) e, subjacentemente, uma ação despolitizante que desqualifica os governos e os partidos. A distorção da realidade pouco baseada em evidências quantitativas é também bastante comum, ao confundir, propositalmente, "variações" com "estoque acumulado", para logo aparecer a falaciosa manchete de "pior em décadas".

A intenção era clara: enfraquecer o campo político que defende mais distribuição de renda, de riqueza e aprofundamento de políticas sociais.

Obtiveram sucesso, mais uma vez. O governo cedeu e a política econômica atual vai ao encontro daqueles que desejavam reduzir o nível dos salários que haviam "aumentado acima da produtividade" (sic).

Mesmo que a nova política econômica de 2015 aprofunde a tendência recessiva, a redução do crescimento do investimento privado já era observada desde o terceiro trimestre de 2013, logo após as manifestações de junho. Convém observar que justamente nessa fase a ênfase negativa se agudizou.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O papel das expectativas na decisão do investimento é reconhecido por diversos matizes teóricos. John Maynard Keynes, em particular, destaca a capacidade de tais fatores alterarem o emprego: "mudanças de ponto de vista sobre o futuro são capazes de influenciar o volume de emprego" (KEYNES, 1964, p. 4), já o investimento "depende mais do otimismo espontâneo" (KEYNES, 1964, 161).

As alterações econômicas nacionais e internacionais desde 2013 não podem ser ignoradas. Não obstante, o pessimismo destilado pela grande mídia brasileira é visível e escancarado desde então. A crise atual foi, em considerável medida, construída por grande parte da imprensa brasileira, que possui um papel significativo na formação da opinião e das expectativas dos agentes. No que tange à crise política, os grupos midiáticos não são meros mensageiros. Ao contrário, incendiaram a opinião pública empurrando o país para uma tensão social perigosa, que reverbera nas instituições e mesmo nas relações sociais e pessoais. Diante da redução de salário, do aumento do desemprego, do conflito social flagrante, da desastrosa nova orientação de política econômica, do clima de pessimismo e ódio existentes atualmente, cabe a indagação: os grandes veículos midiáticos não assumirão a mea-culpa?

22/10/2015 - Instituto Telecom

Anatel reduz juros e facilita pagamento de leilão de 2,5 ghz TDD, mas preço ainda depende do TCU

Conforme noticiado anteriormente, a agência desistiu mesmo de colocar à venda o espectro de 3,5 GHz, conforme era a proposta original. A licitação será formada, então por três lotes. O lote A, voltado para os grandes operadores de celular, mantém a mesma estrutura dos leilões anteriores da Anatel. Serão vendidas as faixas de 1,8 GHz para a grande São Paulo, em FDD (para a telefonia celular) e sobras em outras áreas de DDD. Para esses lotes, as empresas terão que apresentar garantias, e haverá repiques de preços ao vivo, se houver mais de um competidor interessado.

Para o lote B, que aglutina a frequência de 2,5 GHz em FDD (Frequency Duplex Division) a Anatel está vendendo 10+10 MHz e estabelece o limite máximo de ocupação de espectro de 60 MHz. Neste caso, a venda se dará por área de registro (área de DDD). Com esta regra, a agência autoriza a participação de todas as atuais operadoras de celular : Claro, Oi,Vivo,TIM, Algar Telecom e Nextel. Mas proíbe a participação da Sky ou da On Telecom, pois elas têm frequência de TDD (Time Division Duplex) nesta frequência e esta limitação está explicitada no edital. Quem tem TDD não pode comprar FDD ou vice-versa.

Novidades no lote Tipo C

As maiores novidades entre a consulta pública e a aprovação de hoje do edital está no lote tipo C, que busca estimular o ingresso de pequenos provedores.

Apesar de não ter sido divulgado o preço, a Anatel melhorou as condições de pagamento e já tornou clara a forma de pagamento da frequência.

Poderá ser pago apenas 10% do valor ofertado pelo espectro (que não terá repique), e o pagamento poderá ser feito em 10 anos, e não mais em seis, como a proposta anterior, com três anos de carência. Além disso, a Anatel diminuiu a taxa de juros de 1% ao mês, para 0,25% mais a correção do IGP-DI. Mas essas condições só valem para esses lote tipo C.

Neste lote estarão à venda mais de 20 mil licenças de banda larga fixa em todo o país. Serão duas subfaixas uma pequena de 5 MHz em 1,9 GHz,também em TDD. E as bandas T e U, de 15 MHz e de 35 MHz em 2,5 GHz. Neste segundo caso, as empresas que têm FDD não podem disputar a licitação, o que inclui todas as operadoras de celular.

Fica mantida a obrigatoriedade de as empresas ocuparem esse espectro em 18 meses, para evitar reservar de valor.